



Maria G.
Beatriz

MUNICÍPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA
SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025
ATA N.º 2

ABERTURA

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Município de Almeida, sito na Praça da Liberdade, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Manuel José Fernandes Gomes, sendo a mesa composta por Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Primeiro Secretário e Beatriz Marques Monteiro André, na qualidade de Segundo Secretário.

O Presidente pediu desculpa pela demora no início da sessão, justificando o atraso pelo facto de ter pedido ao Secretariado que providenciasse cópias das duas propostas de alteração ao Regimento, enviadas no dia anterior pelos Deputados Municipais Paulos Santos e Rogério Santos.

Tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, às dez horas e trinta minutos.

AUSÊNCIAS e PRESENCAS

Seguidamente, deu-se lugar à verificação de presenças e ausências, tendo-se verificado a falta dos membros, Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Almeida e Eduardo Mêda Gomes, Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha.

Apresentaram falta justificada os membros, João Filipe Saraiva Coelho e Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia Freixo.

A Senhora Sara Maria Fernandes Correia foi substituída, em conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, pelo Senhor António José Vieira de Frias, membro seguinte na lista apresentada pelo Partido Socialista.

Do Executivo Camarário estiveram presentes, o Presidente da Câmara Municipal, António José Monteiro Machado e os Vereadores, Alcino Miguel dos Santos Morgado, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Isabel Maria dos Santos Pereira.

António José Monteiro Machado
Alcino Miguel dos Santos Morgado
Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho
Isabel Maria dos Santos Pereira

ORDEM DO DIA

Verificadas as presenças, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1- Verificação de identidade e legitimidade dos eleitos que, justificadamente, hajam faltado ao Ato de Instalação a Aprovação da respetiva Adenda;
- 2- Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;
- 3- Apreciação de Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo;
- 4- Apreciação e Votação de Informação relativa a Participação Variável no IRS 2026;
- 5- Apreciação e Votação de Informação relativa a Taxa Municipal de Direitos de Passagem Ano de 2026;
- 6- Apreciação e Votação de Informação relativa a Taxas de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis relativo ao Ano de 2026;
- 7- Apreciação e Votação de Mapa de Pessoal 2026;
- 8- Apreciação e Votação de Modificação aos Documentos Previsionais n.º 22/2025, Revisão ao Orçamento n.º 2 e Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2;
- 9- Apreciação e Votação de Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026;
- 10- Apreciação e Votação de Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Nave de Haver para Aquisição de Viatura;
- 11- Apreciação e Votação de Apoio Financeiro à Associação de Freguesias da Raia e do Côa para Aquisição de Viatura com Plataforma Elevatória;
- 12- Apreciação e Votação de Minuta de Contrato Interadministrativo com a Associação de Freguesias da Raia e do Côa;
- 13- Apreciação e Aprovação de Relatório Final do Procedimento Conjunto de Concessão do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público dos Municípios Integrantes da Rede Aldeias Históricas de Portugal para Implementação da Rede de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos.

- 14- Apreciação e Aprovação de Projeto de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- 15- Apreciação e Aprovação Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal;
- 16- Apreciação e Aprovação de Pedido de Declaração de Interesse Municipal – Empreendimento Turístico em Espaço Rural – Nuno Filipe Fernandes dos Santos Melo da Costa;
- 17- Designação de Representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela;
- 18- Designação de Representante da Assembleia Municipal para o Conselho Cinegético;
- 19- Designação de Representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação;
- 20- Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal;
- 21- Designação de dois Presidentes de Junta/ União de Freguesias, Representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- 22- Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil;
- 23- Designação de Representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde;

#6
Mário
Beirão
Linali

ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

- 24- Apreciação e Votação de Informação 9307/2025 relativa a propostas referentes a: a) Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Resíduos Urbanos; b) Taxas devidas Feira de Almeida (dias 8).

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO

(Artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Exposição de Assuntos de Interesse Municipal

Correspondência e Informações

O Presidente deu conta da sua participação no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde se aprovaram três resoluções: autonomia e descentralização, financiamento local e sustentabilidade e coesão, disponibilizando o prospeto para consulta.

Deu ainda nota, de uma comunicação do Partido Socialista a participar a aprovação da proposta do respetivo Partido no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2026, que estabelece prazos máximos de pagamento às autarquias locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado.

Mais disse, que deu cumprimento à solicitação de documentos solicitados pelo Ministério Público, no âmbito do processo colocado em Tribunal pela Deputada Municipal Tânia Martinho, relativo à validade da eleição do Senhor Paulo Damasceno como representante da Assembleia Municipal para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado na última sessão de Assembleia.

2 - Apreciação e Votação da Ata n.º 01 de Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos Mandato 2025-2029, Eleição da Mesa e Eleição de Representante na ANMP

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, colocou a votação a Ata n.º 01 de Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos Mandato 2025-2029, Eleição da Mesa e Eleição de Representante na ANMP. Afirmou que a ata foi redigida conforme o entendimento sobre a melhor forma de sintetizar o Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos e resumir, em simultâneo, o melhor enquadramento do ocorrido naquele dia, convidando os interessados a dar sugestões de alteração ou de melhorias. Mais disse, que ponderados os interesses da transparência e os direitos fundamentais das pessoas a quem a informação diga respeito, se irá proceder à anonimização prévia da ata, através da ocultação das informações irrelevantes ao conhecimento público.

Solicitou intervenção a Deputada Municipal Tânia Martinho, afirmando que, dado que a votação da Ata não consta da Ordem de Trabalhos, sugeria que primeiro se introduzisse o ponto para que posteriormente se procedesse à votação.

O Presidente da Assembleia Municipal clarificou que no artigo 18.º do Regimento, a apreciação e a votação da Ata consta no Período de Antes da Ordem do Dia. A Deputada referiu que, da experiência que têm, tem vindo sempre na Ordem do Dia.

Colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com o voto de abstenção de Tânia Sofia Martinho, António Frias e João Alexandre Fabião, aprovar a Ata n.º 01 de Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos Mandato 2025-2029, Eleição da Mesa e Eleição de Representante na ANMP.

3. Assunto não Agendado na Ordem do Dia

Finda a votação da Ata, o Presidente da Assembleia informou que o Presidente da Câmara apresentou junto da Mesa da Assembleia um pedido para introdução de um novo ponto na

96
MARTIN
Bastard
Lunali

Ordem de Trabalhos da Assembleia, relacionado com “Apreciação e Votação de Informação 9307/2025 relativa a proposta referente a: a) Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Resíduos Urbanos; b) Taxas devidas Feira de Almeida (dias 8)”, colocando a sua introdução a votação, tendo a Assembleia deliberado, por maioria, com o voto de abstenção de Rogério Ribeiro dos Santos, aprovar a sua introdução, passando a constar o assunto como ponto 24 (vinte e quatro) da Ordem de Trabalhos.

Rogério
Munim
Boatiz
Luiz

Concedida a palavra, o Presidente da Câmara referiu que a proposta da Câmara Municipal de aplicação das taxas é justificada pelos custos inerentes, em conformidade com a garantia de sustentabilidade financeira e necessidade de atualizações das taxas recomendadas pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), recomendações essas produzidas regularmente para a atualização de preços (tarifas) dos serviços de água, saneamento e resíduos. Em relação às feiras, a isenção é proposta no âmbito da competência da Câmara.

O Presidente da Assembleia informou que estavam disponíveis os documentos complementares à análise daquela matéria.

4. Inscrição de membros da Assembleia para o Período De Antes da Ordem do Dia

O Deputado Municipal Rogério Santos interveio, afirmando que a sua morada fiscal, à data da Ata do Ato de Instalação já não era a que lá constava, questionando o Senhor Presidente da Assembleia se haveria algum problema, realçando que as convocatórias para as sessões da Assembleia são enviadas para a sua morada atual.

O Presidente da Assembleia comunicou ao Senhor Deputado Municipal a necessidade de apresentar um comprovativo de morada válida, com o objetivo de confirmar a sua residência junto da Assembleia Municipal e proceder à respetiva regularização da situação e subsequente normalização processual. Esclareceu que o formulário enviado aquando do Ato de Instalação possui natureza meramente instrutória. Contudo, para efeitos legais e processamento de remunerações, é imperativa a apresentação de documento comprovativo da morada fiscal por parte dos Deputados em idênticas situações.

De seguida, interveio o Deputado Municipal José Gonçalves. Afirmou que foi publicada no site do Município a ata de setembro da Assembleia Municipal, contudo, a ata de setembro não foi aprovada por esta Assembleia nem pela Assembleia anterior, o que é sempre um problema das atas em finais de mandatos. Afirmou que queria só deixar em aberto a legitimidade ou não da sua publicação.

O Presidente da Assembleia questionou o Deputado se propunha que a referida ata fosse aprovada naquela sessão, ao que o Deputado respondeu que não, que estava a colocar apenas a questão da legitimidade.

Interveio a Primeira Secretária Mariana Estevão, afirmando que seria pertinente na revisão do Regimento considerar -se a aprovação da ata na última sessão antes do Ato de Instalação de um novo mandato.

Interveio o Deputado João Fabião que após o cumprimento geral, dirigiu uma palavra de saudação à vila de Vilar Formoso que comemora 38 anos de elevação a Vila. De seguida, afirmou querer colocar algumas questões ao Presidente da Câmara, que lhe foram dirigidas pelos munícipes de Almeida sobre diversos assuntos. A primeira questão prende-se com a preocupação dos Encarregados de Educação dos educandos do Jardim Infantil, em relação à utilização dos sistemas de retenção no transporte escolar. Afirmou que lhe foi transmitido não haver cadeirinhas suficientes para o transporte das crianças, colocando um entrave na mobilidade das crianças para atividades fora do Município ou para atividades dentro do Município, questionando o Presidente da Câmara se tinha conhecimento do problema ou se, eventualmente, neste intervalo de tempo entre o seu conhecimento do problema e aquela sessão, a questão já teria sido resolvida. Uma segunda preocupação prende-se com a passagem junto à fronteira, em Vilar Formoso, dado que não existe ali nenhuma passadeira perto e há um grande fluxo de passageiros dos autocarros internacionais. Pretendeu saber se existe algum plano para lá instalar alguma paragem de autocarros, dado que também foi uma das promessas eleitorais do Senhor Presidente da Câmara ou algum plano de instalação de alguma passadeira no local. A terceira questão tem a ver com saber em que ponto está a execução da obra de Eficiência Energética nas Piscinas de Vilar Formoso, qual a previsão do encerramento e se o encerramento é garantido interpoladamente para que haja garantias aos utentes da frequência desse equipamento durante esse período. Questionou se encerram primeiro as piscinas de Almeida ou as de Vilar Formoso e se há garantias de transporte para os utentes das piscinas que não funcionam. Questionou também em relação ao ponto de situação do cemitério velho de Almeida. Afirmou que chegou ao seu conhecimento que o jardim sofreu uma intervenção urbanística onde foram cortados todos os buxos ali existentes, pretendendo saber em que medida é que foi feita essa intervenção. Saber se foi feita uma limpeza ou se existe um outro plano para aquela infraestrutura. Finalmente, uma vez que sabe que as candidaturas encerram dia vinte e sete, pretendia saber se o Presidente podia esclarecer o ponto de situação do programa REVIVE relativamente às esquadras, se existe algum candidato.

Interveio a Deputada Municipal Tânia Martinho para solicitar que na próxima convocatória para a Assembleia Municipal se pudesse respeitar mais os limites aceitáveis para a análise de documentos e o envio da Ordem de Trabalhos porque naquela convocatória a situação não foi justa, dizendo até mesmo ilegal. Afirmou que mesmo em relação às quarenta e oito horas, seria de bom tom enviar documentos com uma dimensão muito elevada com um maior prazo. Afirmou que confiam porque fazem o acompanhamento do que se passa nas reuniões de

Mário
Boutão
Lmali.

Câmara enquanto Partido Socialista, mas o envio dos documentos para os membros da Assembleia aconteceu sem a certificação da sua aprovação em reunião, para além de que nem conseguem saber da aprovação ou não dos assuntos através das atas porque não têm tempo de ser publicadas. Afirmou que estranha o sucedido pois não era usual, solicitando que numa próxima vez tal não aconteça.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos, afirmando corroborar o pedido da Deputada Tânia Martinho pois a documentação foi recebida de forma espaçada e sem o cumprimento daquilo que são os prazos previstos no Regimento em vigor, tendo recebido alguma documentação no dia anterior. Nesse sentido, afirmou ser impossível ter oportunidade de preparar a reunião, no sentido de trabalho, de acompanhamento e fiscalização. Mais afirmou, que seria de salutar que as próximas Assembleias fossem marcadas com maior antecedência, ainda que no Regimento se possa dizer que o espaço mínimo são cinco dias ou possam ser oito. Disse que seria profícuo para todos porque todos têm outras atividades profissionais e a calendarização das Assembleias têm impacto nas suas vidas profissionais.

Afirmou ainda o Senhor Deputado, que foi surpreendido com o concurso relativo às Esquadras, com o objetivo de destinar o imóvel a alojamento local. Questionou o Presidente da Câmara se o mesmo disponha de dados que pudesse partilhar com a Assembleia acerca das projeções dentro do nosso Concelho, da procura de turismo e da necessidade desse alojamento local no nosso Concelho. Baseado em dados da Pordata (portal estatístico da Fundação Francisco Manuel dos Santos) que indicam que ao nível do distrito da Guarda, Almeida foi o único concelho que ainda não atingiu, nem recuperou, o número de visitantes nem de dormidas que tinha antes do COVID, lembrou que a unidade hoteleira que, recentemente reabriu em Almeida, na antiga Pousada tem ainda uma taxa exígua. Colocou assim a questão, de saber se o Presidente disponha de estudos no sentido da projeção de uma grande procura turística para a oferta que o Presidente está a pretender criar na Vila, porquanto os números que se conhecem não apontam nesse sentido. Questionou, se a Câmara tem a intenção de divulgar a Vila e o Concelho para com isso gerar atratividade para essa procura turística. Questionou ainda, se antes de ter pensado na reabilitação das Esquadras para alojamento local se pensou na sua reabilitação para um programa de alojamento, com rendas condicionadas, na medida que aquele imóvel foi desde sempre destinado a esse fim, começando por ser para as famílias ligadas ao Exército e à G.N.R.

Sem mais questões, o Presidente da Assembleia referiu que, em relação às últimas intervenções relativas aos procedimentos da Assembleia Municipal têm toda a razão, houve atrasos e o tempo é manifestamente insuficiente. Disse que teriam oportunidade naquela sessão de alterar o Regimento, mas, alterado ou não, tentar-se-á melhorar os prazos para que seja feita uma análise mais cuidada dos documentos.

Handwritten signatures:
Mário
Beatis
Leneal

No uso da palavra, concedida pelo Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Deputado Municipal João Fabião. Em relação aos sistemas de retenção, tendo conhecimento da carência de equipamentos foi realizada a respetiva aquisição para colmatar a necessidade e garantir a resposta adequada. Ressaltou, com satisfação, o incremento na população estudantil, apontando-o como a causa provável para a referida carência e a consequência direta para a falta de equipamentos, neste caso de cadeirinhas. Mais disse que essa necessidade acontece também com os vigilantes, clarificando que existe neste momento esse problema, estando o Executivo já a desenvolver esforços para garantir uma resposta eficaz logo no início do ano.

Relativamente ao atravessamento fronteiriço, esclareceu que se encontram disponíveis diversas passadeiras nas adjacências da fronteira e que é sua opinião que uma passadeira colocada naquelas distâncias e com aquelas larguras não tenha o efeito pretendido. A solução apontada revela-se desajustada, pois cria uma falsa sensação de segurança que incentiva o atravessamento num local de elevada perigosidade, tornando-se uma intervenção mais grave do que a omissão. Quanto à questão da paragem, o que tem de ser trabalhado é uma central de camionagem internacional e não uma simples paragem de autocarro. Interpelou o Senhor Deputado João Fabião sobre a eventual ausência de alguma paragem de autocarro específica, solicitando a sua identificação, reiterando que novas unidades se encontram em fase de aquisição, estando a respetiva verba devidamente prevista no Orçamento em fase de aprovação.

Em relação à questão colocada pelo Deputado João Fabião em relação às piscinas, reiterou a adoção do princípio de interpolação no usufruto das piscinas de forma alternada, realçando que embora a conclusão estivesse prevista para agosto ou setembro do corrente ano, o atraso na entrega dos equipamentos comprometeu o cronograma de execução.

Quanto à intervenção no Cemitério velho de Almeida, a questão também foi levantada em reunião de Câmara. Afirmou que já conseguiu obter algumas informações, embora inconclusivas pois a responsável pela Divisão ainda se encontra de baixa. Do que conseguiu apurar, alguns elementos já estavam degradados, tendo sido produzida uma limpeza, até para que se conseguisse que o espaço fosse visitável. Em relação ao espaço, foi decidido em maio/junho fazer uma intervenção na Torre do Relógio, tendo-se solicitado os devido pareceres, contudo, não se obteve um parecer favorável para poder executar a intervenção. A intervenção incide na realização de uma pintura e colocação de uma rede para não haver a invasão das espécies voadoras, nomeadamente, pombos, contudo, a intervenção foi mal-entendida pela CCDR Património pois entendeu-se que se estaria a falar de rebocos, o que não está previsto. Assim, já foi remetida nova informação à CCDR-C, de forma a esclarecer a situação, estando a aguardar novo parecer, com a aprovação, para se proceder ao lançamento dessa empreitada.

#6
Mora
Batalha
Lenele

Afirmou que se comprometeu em colocar em discussão um plano para aquele espaço, e assim o fará.

Em relação ao REVIVE, afirmou que o programa foi assinado em 2019. Na altura, o Governo era Socialista, com uma Secretária de Estado que depois passou a ser Ministra. Numa visita a Almeida interpelou-a no sentido de lhe explicar que havia um projeto para um Museu e para casas de recuperação do edifício. Na altura, o projeto ficava em dois a três milhões, aproximadamente, mas, presentemente, andarão nos cinco milhões para a sua realização. Explicou que, cita-se: *"Foi-me agarrado o braço e foi-me dito a seguinte frase: Para Almeida é mais importante um equipamento hoteleiro do que fazer um equipamento daquilo que está a ser proposto"*. Afirmou que na altura aceitou porque também concorda, dizendo que a oferta gera procura e se não se tiver essa visão, não se terá uma visão de território e de economia. Acrescentou que Almeida teria muito mais procura se houvesse, pelo menos mais dois hotéis e que o que a Câmara tem vindo a implementar são muitos planos e muitas intervenções, fazendo o reconhecimento de Almeida de uma forma diferente daquilo que era há trinta, há vinte ou há dez anos.

Em resposta à questão dos tempos colocada pela Deputada Tânia Martinho, afirmou ser verdade que os assuntos foram colocados muito no limite do tempo, não cumprindo as datas, não sendo, contudo, apanágio da Câmara fazê-lo.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado Municipal João Fabião, o qual afirmou que não viu respondida a questão colocada em relação ao REVIVE, uma vez que o que pretendia efetivamente saber era se o Presidente da Câmara tinha conhecimento do estado da candidatura. Em resposta, o Presidente da Câmara respondeu-lhe que o Turismo de Portugal solicitou a republicação da notícia porque a procura não era elevada. A Câmara assim procedeu, não tendo no momento conhecimento se houve alguma candidatura, suspeitando que não, contudo, disse ser urgente haver um entendimento sobre o edifício pois o mesmo está a degradar-se e é necessário haver intervenção, finalizando com o reforço de que na sua opinião, era importante ser transformado em um equipamento hoteleiro.

O Deputado Municipal João Fabião afirmou pretender salientar que as questões por ele dispostas foram colocadas por cidadãos do Concelho.

De seguida, interveio o Deputado Municipal Rogério Santos afirmando que não viu as questões colocadas devidamente respondidas. Questionou o Presidente da Câmara se disponha de algum dado ou de algum elemento que lhe pudesse dizer qual a projeção de procura turística que se vai ter nos próximos quatro anos em Almeida, que números projeta. Em segundo lugar, também procurou saber que atividades ou planos estão a ser desenvolvidos no sentido de divulgação do território com vista a gerar essa procura. Em relação ao que foi afirmado pelo Senhor Presidente em relação ao ano de 2019, o ano de 2021 foi um ano que nos

~~João~~
MARTINHO
~~Beato~~
Lina C.

afetou a todos com uma crise pandémica e que provocou um sério revés na economia, até pelo confinamento. Os números de 2024 para o Concelho de Almeida, publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) dizem que o Concelho de Almeida é o único Concelho de todo o Distrito da Guarda que continuava em 2024 a manter uma procura hoteleira e um número de dormidas inferior àquele que tinha em 2019 e que o número de camas disponíveis em 2024 era muito maior ao que existia em 2020. Afirmou que aquela evidência contradiz a crença do Presidente da Câmara de que a oferta gerará procura.

Interveio o Deputado Municipal António Soares. Afirmou que o Deputado Rogério Santos tinha afirmado que em Almeida não houve o mesmo crescimento que houve noutros concelhos do Distrito da Guarda, mas que hoje em dia existem ferramentas onde se pode consultar isso rapidamente. A Pordata, até 2024 afirma que houve retoma após COVID. Disse que a consulta que o Deputado realizou é generalista, não especifica se é em relação a dormidas ou não, mas afirmou que graças ao Turismo do Património, nomeadamente da parte militar e de natureza, houve crescimento, tendo verificado pela sua pesquisa que o único Concelho que estagnou foi Aguiar da Beira, e não Almeida.

Interveio o Presidente da Câmara, dizendo que corrobora a informação apresentada pelo Deputado Municipal António Soares. Disse que as informações que vão sendo disponíveis nos Serviços apontam nesse sentido, reforçando que essas informações são também dadas ao conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, com a apresentação do Relatório de Atividades do Município. Afirmou que o Senhor Rogério Santos se refere a um documento da Pordata extraído de 2023, referente às dormidas, contudo, relembra que, se um dos principais equipamentos hoteleiros se encontrava fechado, é normal que a procura tenha diminuído. Agora que o equipamento reabriu, espera que os dados apresentados já sejam diferentes e que reflitam a procura desse equipamento e que também gostaria que fosse melhorado, com investimento para ser mais atrativo a novos públicos. Já foram tomadas iniciativas junto do Turismo de Portugal e da CCDR Centro para que possam ser feitas intervenções.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom, António Fernandes, afirmando que nos dados publicados não consta Castelo Bom, contudo, os Bungalows da Associação Desportiva Cultural e Social de Aldeia de S. Sebastião estão sempre a ser utilizados, dando como exemplo o programa de ERASMUS, em que receberam cerca de trezentos e cinquenta estudantes.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos, dizendo que não viu respondido pelo Presidente da Câmara o por si questionado e que era, quais eram as iniciativas concretas e os números concretos que disponha. Mais disse, que tem quase a certeza que a informação que serviu de base à sua intervenção, e a qual poderia disponibilizar, se reporta ao ano de 2024 e não ao ano de 2023, informando ainda que em 2020 já estava encerrada a Pousada, pelo que

~~7/5~~
manh
Boutuz
Laneki.

não percebe a questão do encerramento ali levantada. Mais disse, que os números a que teve acesso reportam-se a dormidas declaradas em todo o Concelho de Almeida e que, comparando com concelhos vizinhos, o de Almeida era o único que não tinha recuperado os números pré-pandemia, tendo sido inclusive notícia, a qual poderá facultar ao Presidente da Assembleia.

off
Mário
Bento
Camey.

O Presidente da Câmara referiu que o Senhor Rogério Santos deverá estar distraído pois em todas as Assembleias são presentes Relatórios do Município onde são vertidas todas as atividades levadas a cabo, nomeadamente as presenças em feiras, os planos implementados, e até as estatísticas lá estão descritas, deixando como sugestão ao Senhor Deputado, consultá-los.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, sem mais intervenções, o Presidente da Assembleia abriu o Período da Ordem do Dia.

Prosseguiu-se com a apreciação do primeiro ponto.

1. Verificação de identidade e legitimidade dos eleitos que, justificadamente, hajam faltado ao Ato de Instalação a Aprovação da respetiva Adenda;

O Presidente da Assembleia explicou que, na sequência do ato eleitoral ocorrido no dia 12 de outubro findo, conforme o Edital de Apuramento de Resultados, datado de catorze de outubro, e em aditamento ao ato de instalação da Assembleia Municipal de Almeida ocorrido no dia trinta e um de outubro, passado, e ainda tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 44.º, da Lei n.º 169/99, 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que aprovou o Regime Jurídico das Competências e Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, compareceram os eleitos para o Órgão Deliberativo para o mandato 2025/2029, em virtude de, na referida data de realização do Ato de Instalação, terem apresentado justificado motivo para a sua ausência: António Manuel Albano Soares, eleito pelo PPD/PSD, e Inês Patrícia Afonso Pais, eleita pelo grupo de cidadãos eleitores UUF – Unir+: A União, O Futuro, Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova.

Verificada a identidade e a legitimidade dos eleitos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, Manuel José Fernandes Gomes, declarou-os investidos nas suas funções de membros da Assembleia Municipal de Almeida para o mandato de 2025/2029, do qual, para constar, se lavrou o aditamento, que vai ser anexado a esta Ata como Anexo I e apenso à Ata de Instalação dos Órgãos Autárquicos de dia 31 de outubro de 2025, para referência futura e agilização processual.

2. Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;

O Presidente da Assembleia afirmou que durante o dia de ontem foram recebidas duas propostas de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, daí a razão do atraso no início dos trabalhos para possibilitar a que o Secretariado fotocopiasse os documentos que se disponibilizou a todos os membros. As propostas foram apresentadas pelos membros Paulo Jorge Alexandre dos Santos e Rogério Manuel Ribeiro dos Santos.

Considerando a complexidade e morosidade do procedimento, confirmada pelas intervenções dos autores das propostas, que apresentaram, sucintamente, os pontos a serem revistos, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a constituição de uma comissão, composta por si próprio, e pelos membros, Mariana de Almeida Estevão, proposta em representação do PPD/PSD e Rogério Ribeiro dos Santos, proposto em representação do PS.

Colocado a votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a constituição de uma comissão de trabalho para alteração ao Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato 2025-2029, composta por si próprio, que a presidirá e por Mariana de Almeida Estevão e Rogério Ribeiro dos Santos.

3. Apreciação de Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo;

Tendo sido presente a informação, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetida pela Câmara Municipal, sobre o assunto em epígrafe, e recebida por todos os membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que afirmou que o Relatório espelha, não só a atividade realizada no Município, como também, a situação financeira do Município que continua a manter-se bem colocado nas contas.

Não havendo inscrições, passou-se ao ponto seguinte.

4. Apreciação e Votação de Informação relativa a Participação Variável no IRS 2026;

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que deu conta da Informação IRS/2026, relativa à Participação Variável no IRS para o ano de 2026, aprovada unanimemente em reunião camarária de 16 de dezembro de 2025, em cumprimento do n.º 1 do artigo 26.º do Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação mais atual, uma percentagem variável no IRS correspondente a 0% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial para 2026.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta da Participação Variável no

[Handwritten signatures and initials in blue ink: a star-like mark, 'MARTO', 'Bostua', and 'C. Adeli.']

IRS – Ano 2026 com fixação da taxa em 0% (zero por cento), tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
7/6
MAMON
Boutis
Lualá

5. Apreciação e Votação de Informação relativa a Taxa Municipal de Direitos de Passagem Ano de 2026;

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conta da Informação TMDP/2026, relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar no ano de 2026, de fixação do percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2026 em 0,25%, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio e do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro. Mais disse, que gostaria de deixar registado que caso surjam medidas no âmbito do aumento da capacidade instalada de telecomunicações e rede, o Município estará aberto a fazer as isenções que se considerem necessárias.

Interveio o Senhor António Fernandes, Presidente de Junta de Freguesia de Castelo Bom para afirmar que existe um problema que é transversal a cinco freguesias do concelho, da Amoreira, do Freixo, Castelo Mendo, Castelo Bom e Vilar Formoso. Os postes aos quais já foram retirados os cabos estão desfalcados, colocando a questão, se a empresa que lá colocou os postes, alguma vez pagou a Taxa de ocupação de via pública. Caso não tenha pago, sugeria às freguesias retirarem os referidos postes.

O Presidente da Câmara sugeriu a produção de um relatório, que identificasse os elementos referidos para ser produzida comunicação à entidade reguladora, de forma a que seja tomada uma decisão relativamente à remoção dos postes.

Interveio o Senhor Leandro Giestas, Presidente de Junta de Freguesia de Freineda, no sentido de dar nota de que o problema não reside só nos cabos, mas também nas centenas de cabos que ocupam o espaço aéreo, numa altura em que a tendência é a retirada dos telefones fixos, sugerindo que esse trabalho de identificação seja feito em todas as freguesias e não apenas nas enumeradas anteriormente.

O Presidente respondeu ao Senhor Presidente de Junta que são questões diferentes, não invalidando que se tente agendar uma reunião com a PT – Portugal Telecomunicações.

Interveio o Presidente de União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, no sentido de afirmar que a Associação de Freguesias Ribeiro de Cadelos possui quilómetros de cabos nas suas instalações, recolhidos junto às estradas, sugerindo que a empresa pudesse proceder à recolha dos cabos e deixar algumas verbas para que a Associação pudesse continuar a trabalhar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, fixando a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei

das Comunicações Eletrónicas em 0, 25% (zero vírgula, vinte e cinco por cento), para o ano de 2026.

Handwritten signature and text in blue ink.

6. Apreciação e Votação de Informação relativa a Taxas de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis relativo ao Ano de 2026;

Handwritten signature in blue ink.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conta da Informação IMI/2026, relativa à fixação do Imposto sobre Imóveis para vigorar no ano de 2026, em ordem ao preceituado na alínea i) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/20003, de 12 de novembro, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a vigorar no ano de 2026, em 0,3% para os prédios urbanos e em 0,8% para prédios rústicos e aprovar a proposta de redução fixa das taxas relativas aos agregados familiares com um ou mais filhos, conforme o quadro constante da Informação, bem como aprovar o proposto nos pontos 1, 2 e 3 da mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Imposto Municipal Sobre Imóveis para o Ano 2026 a votação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, fixando o imposto nas taxas mínimas, nos termos consignados - Prédios Rústicos 0,8% (zero vírgula, oito por cento); Prédios Urbanos 0,3% (zero vírgula, três por cento) e, aprovando, os pontos 1, 2 e 3 da Informação, bem como o que diz respeito ao estipulado no número 1 do artigo 112º, aditado pela Lei 7-A/2016, de 30 de março, sobre a composição do agregado familiar.

7. Apreciação e Votação de Mapa de Pessoal 2026;

No uso da palavra, o Presidente apresentou o Mapa de Pessoal 2026, elaborado nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprovado por maioria, em reunião de Câmara de dia 16 de dezembro de 2025, sobre o qual esclareceu que o mapeamento atual não reflete a totalidade das intenções projetadas, uma vez que se encontra em curso a introdução da revisão do ReCAP – Referencial de Competências para a Administração Pública, visando a otimização do quadro de pessoal, prevendo trazer uma alteração ao mapa de pessoal na sessão de fevereiro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Mapa de Pessoal 2026, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo a Assembleia Municipal aprovado o mesmo, por maioria, com sete abstenções dos membros do Partido Socialista, Paulo Alexandre dos Santos, Tânia Martinho, Rogério dos Santos, António Frias, João Fabião, José Fernandes Gonçalves e Carlos Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Vale da Mula.

8. Apreciação e Votação de Modificação aos Documentos Previsionais n.º 22/2025, Revisão ao Orçamento n.º 2 e Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Beatus' and 'Lara G.'.

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, que em seu uso, salientou a manutenção de projetos cruciais na revisão, que apresentam atrasos na execução ou atrasos no lançamento dos concursos, nomeadamente, o Quartel da GNR, os Bairros Digitais Comerciais e Habitação a Custos Acessíveis e os Projetos de Eficiências Energéticas.

Apreciado e colocado a votação, no âmbito das respetivas competências, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dois votos de abstenção dos membros do Partido Socialista, Rogério Santos e António Frias, aprovar a Modificação aos Documentos Previsionais n.º 22/2025, Revisão ao Orçamento n.º 2, Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 2. O Deputado Municipal Rogério Santos proferiu a sua declaração de voto, fundamentando que não teve oportunidade de analisar o documento, uma vez que só teve oportunidade de o ler no dia anterior. O Presidente da Câmara interveio afirmando que o facto mencionado pelo Senhor Deputado não corresponde à verdade pois o documento já estava preparado há muito tempo e foi, atempadamente enviado. No sentido de esclarecer o exposto, e dar uma justificação, a funcionária Lara Gomes esclareceu que o documento foi enviado em simultâneo para todos os membros que compõem a Assembleia Municipal, contudo, foi rececionada, posteriormente, informação dando conta de que o recetor Rogério Santos não teria espaço suficiente na sua caixa de correio eletrónica para receber os documentos, tendo-se procedido ao reenvio dos documentos, separadamente.

9. Apreciação e Votação de Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026;

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura do Parecer do Conselho Municipal de Juventude ao Orçamento Municipal para o ano de 2026. Este documento fará parte integrante da ata, como **anexo II**.

Seguidamente, cedeu a palavra ao Presidente da Câmara que, sobre o assunto afirmou, que, considera ser evidente na introdução a clareza quanto ao que se pretende implementar durante os anos de 2026 a 2029. Relativamente aos Objetivos Estratégicos estão também bem claros em relação ao que pretendem realizar e alguns dos problemas que estão identificados e que pretendem solucionar no Concelho. O Orçamento vem dar resposta a muitas das intervenções. Há capacidade para resolver, fruto do trabalho desenvolvido no Programa 2030, quer no PRR, quer nos planos desenvolvidos com o Ministério da Administração Interna, como o Destacamento do Quartel da G.N.R.. Afirmou que o Orçamento é avultado, mas com as receitas e com a capacidade instalada no Município não se chegaria a metade da intervenção projetada.

Interveio o Deputado Municipal João Fabião. Afirmou que o Município apresenta um dos

maiores Orçamentos, comparando com os anos transatos. Em relação ao projeto do Quartel da G.N.R, e dado que se prevê que a transição dos efetivos se faça em três anos, que é o período previsto das obras, questionou se havia uma projeção para a utilização do edifício onde está a G.N.R presentemente. Mais disse, que a campanha do Senhor Presidente da Câmara foi muito em torno da Eurocidade, estranhando a redução de valor dedicada aquela rubrica, a qual perde cerca de vinte e cinco mil euros em relação ao ano de 2025. O Orçamento Participativo teve início em 2019, contando com diversas candidaturas aprovadas, mas nenhuma delas executada. Afirmou que se se pretende aproximar dos cidadãos, aquele é um instrumento importante, perdendo os treze mil euros que tinha de cabimentação relativamente a 2025, questionando se no futuro é para recuperar algum deste valor. Mencionou ainda, alguns projetos que tiveram uma grande cabimentação no passado e que agora se vêm saneados, relevando o Centro de Interpretação da Fronteira. Questionou sobre o ponto de situação do projeto da vivenda Maribel. Afirmou que os multifunções de Almeida e Freineda também perdem a cabimentação que tinham. Afirmou que na Educação não conseguiu identificar nenhum projeto que seja diferenciador, pretendendo saber qual o plano para a Educação para além da gestão corrente. No desporto e saúde, questionou em relação ao investimento no Ginásio em Vilar Formoso e se o mesmo não pode ser feito em Almeida. Afirmou também estranhar a redução completa para o Estádio Municipal de Almeida. Afirmou que o Estádio Municipal de Almeida é a porta de entrada da Vila, estranhando essa redução. Em relação ao turismo também não conseguiu identificar nenhum projeto diferenciador e que vai de encontro ao que o Senhor Presidente disse anteriormente na sessão, que vai de encontro a gerar procura através da oferta. Também enumerou a *Academia Sénior* e o projeto *Perto de Ti+Saúde* como projetos com pouco investimento.

De seguida, interveio o Deputado Municipal Miguel Pinto, afirmando que o Orçamento não tem incluído o Saldo de Gerência, fazendo votos que na altura dessa inclusão as rubricas que terão execução possam ser mais notadas. Afirmou que aquele é um Orçamento que tem várias intervenções de capital embora a receita tenha associada um impacto de ter os impostos e as taxas para os cidadãos no mínimo, pretendendo deixar nota desse esforço que a Câmara Municipal faz. Mais disse, que não poderia deixar de falar de um projeto do mandato anterior e que está em execução, que é a beneficiação das estradas entre a Malhada Sorda e o limite do Concelho e a Malhada Sorda e o Jardo e que é uma obra que fazia falta às populações daquelas localidades. Afirmou querer destacar os projetos das Habitações a Custos Acessíveis, o Destacamento da G.N.R, a ampliação do Quartel dos Bombeiros e a conclusão de obras lançadas por todo o Concelho, tais como o Parque Recreativo de Leomil ou o Salão Polivalente da Amoreira. Afirmou querer destacar o Restauro das Muralhas de Castelo Mendo que está agora em execução e permitirá aumentar a preservação daquele Património que é um cartão de

7/6
Miguel
Pinto

lnali.

visita do Concelho. Destacou o Parque de Leilão de Gado que trará novas oportunidades de desenvolvimento económico. Ainda destacou algumas despesas correntes que estão associadas a projetos da Câmara, mas que não se percebem bem do impacto que têm no Concelho como o *Perto de Ti+Saúde*, acreditando que poderá ser mais dotado, ou o apoio às associações e às comissões de festas, que também criam uma dinâmica que nenhuma outra atividade tem conseguido criar no Concelho, querendo salutar o esforço que é feito pela Câmara Municipal no apoio concedido. Em conclusão, afirmou que é um Orçamento que embora faça falta ver lá alguma dotação em algumas verbas, fruto da falta de inclusão do Saldo de Gerência, mas expressa o compromisso que a Câmara tem em relação aquelas que foram as propostas sufragadas em outubro, não podendo deixar de apoiar, pelo menos do lado da bancada do Partido Social Democrata aquele que foi o programa refletido para o Orçamento do próximo ano.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos, afirmando que mediante as circunstâncias que todos ali já conhecem, tentou fazer uma breve análise ao documento. Numa Assembleia Municipal realizada em fevereiro de 2025, o Senhor Presidente da Câmara terá ficado de pensar sobre o eventual alargamento da iluminação do ramal da Aldeia Nova, Estrada Nacional 340. Uma vez que não vê nada nesse sentido incluído no Orçamento, questionou o Presidente se há alguma falha na inclusão. O outro pedido de esclarecimento tem a ver com o facto de pretender saber o porquê de o investimento para o Parque para a freguesia de Leomil ter uma cabimentação menor do que outras congéneres.

Em resposta às intervenções, o Presidente da Câmara começou por responder que, em relação à G.N.R. houve reuniões com o Comando Distrital e há propostas de fazer as intervenções, decidindo colocá-las em Orçamento, porque o período temporal pode vir a dificultar a intervenção e aquilo que pretende são intervenções na fachada, cobertura e alteração da imagem institucional. Foi solicitada a colaboração da Câmara nesse sentido e feita essa comunicação. Em relação à futura utilização do equipamento não foi definido. O projeto ainda não teve a revisão total pois era previsto a execução em 2025 de uma parte do projeto, aguardando que tal aconteça no início do ano, estando também dependentes da ação do SGMAI (Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna). Afirmou que também vão fazer projeto no interior da Câmara Municipal, mas que ainda está, igualmente pendente a assunção dessa despesa.

Em relação à Eurocidade, explicou que estão três sócios, havendo um ajuste de quotas entre os sócios. Afirmou que tem esperança que da parte do INTERREG tenham aprovação na sua totalidade ou de parte da candidatura, mas como não houve até à data conhecimento da elaboração preferiu-se não verter no Orçamento.

Quanto ao Orçamento Participativo, afirmou que não conseguem por incapacidade de os

#6
MCM
B...
L...
B...

Serviços darem resposta aos pedidos. Afirmou que foram audazes sem ter capacidade para o concretizar. Mais disse, que o pretendido é manter a rubrica de 2019 para se fazer esses projetos. Se tal for possível, a sua intenção é retomar o Orçamento Participativo. O projeto do Multiusos de Almeida já deveria ter sido entregue em novembro e ainda não foi, esperando aprová-lo em breve. O multifunções da Freineda teve vários problemas, até com acabamentos finais, ligação de esgotos, estando a haver esses acertos para se conseguir finalizar o projeto. Em relação ao Ginásio afirmou que é possível fazer em Almeida e em todas as freguesias, afirmando, contudo, que se deve priorizar os investimentos que se pretendem fazer.

Boatiz
Lmacl.

Em relação ao Estádio Municipal de Almeida, afirmou que foi enviado em junho do corrente ano um pedido de parecer para a interseção que é necessária realizar entre a Rua da Raposeira e a construção das vedações e dos balneários. A resposta não foi dada. Podem pedir deferimento tácito, sugerindo que é uma possibilidade para ter essa aprovação. O processo de expropriações terá de ser reiniciado. Caso não haja acordo, proceder-se-á à apresentação de pedido à Assembleia Municipal para declaração de utilidade pública. As obras do Estádio em si mesmo, terão prioridade nas vedações e nos balneários, em concordância com a Direção do Clube.

Quanto ao facto de o Deputado João Fabião não conseguir ver nada refletido no Turismo, afirmou que é normal que não consiga ver porque muitas das ações são despesa corrente, despesa de pessoal, de aquisições e não estão vertidas pois se as fossem discriminar todas teriam um Orçamento quatro vezes maior.

Quanto aos projetos *Academia Sénior* e *Perto de Ti+Saúde*, referiu que as verbas estão colocadas em estimativas de custos diretos que se vão ter com as ações. Não estão vertidos todos os custos com os equipamentos, com aquisições, com o pessoal, estando refletidas noutras rubricas. São projetos importantes e de referência, inclusive o Município acabou de receber uma bandeira verde dos Municípios Sustentáveis Amigos da Família e o reconhecimento da CCDR-C, também dessa natureza, tendo pena que seja reconhecido por outras entidades e não pela oposição do PS.

Em relação à intervenção do Deputado Miguel Pinto, afirmou que é sempre importante o reconhecimento dos projetos mais importantes, ainda que ficasse em falta um que é o InvestAlmeida, que é um espaço que está a funcionar em Vilar Formoso. Disse também que pretende realizar a recuperação de património degradado e transformá-lo no Raia Lab Center. Em relação às estradas da Malhada e do Jardo até já eram para estar concluídas, mas ainda faltam as pinturas na estrada da Malhada, tendo sido pedido ao empreiteiro que fizesse ao menos a pré-marcação. No Jardo começa a haver sinais de início dessa intervenção.

Em relação ao Quartel dos Bombeiros afirmou ter uma notícia que não é a melhor. Não houve êxito no concurso público que lançaram. Houve três interessados, mas como a construção tem

tido uma subida de preços alucinante, terão de visitar o projeto e fazer novamente o lançamento.

Em relação ao Parque Recreativo de Leomil, sucedeu o mesmo. Lançou-se concurso, mas não houve candidatos. Entretanto, já foi feita a alteração de preços e o ajuste de quantidades, informando que naquele dia assinou o lançamento do concurso.

Em relação a Castelo Mendo, corroborou que é uma obra muito importante para a localidade, embora ainda não seja a totalidade daquilo que se pretende, sendo necessário voltar a reunir com o IP Património. Ainda há mais intervenções a fazer, os projetos estão prontos, esperando ter aprovação das restantes intervenções.

O Parque de Leilão de Gado é um projeto que está em fase de acabamentos finais, de revisão.

Em relação à questão do Senhor Rogério Santos, afirmou que não viu nem nunca vai ver vertida uma intervenção de ampliação de iluminação porque isso é uma rubrica genérica, onde são incluídas várias intervenções. Afirmou que ainda não visitou o referido local com os técnicos para verificar a viabilidade da colocação. Primeiro há que fazer esse trabalho e só depois fazer a contratualização com a E-Redes. Em relação ao Parque, explicou que é um plano geral para o Rio Côa. Estão a realizar projetos, alguns estão numa fase mais avançada. Junto ao limite do Rio Noémi já estão numa fase em que se reuniu com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) para se tentar resolver todas as questões. A proposta de estudo prévio poderá ser concluída durante aquele mês ou durante o próximo para se conseguir passar para projetos de execução, daí não terem as dotações totais. É um grande projeto onde as freguesias terão de se envolver. Na fase inicial são parques de lazer com o objetivo final de serem praias fluviais.

Interveio a Deputada Municipal Tânia Martinho, para dar nota de que a questão de, segundo as palavras do Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista não valorizar o prémio e a atribuição da Bandeira Verde não é verdade. Afirmou que nunca foi referido o desmérito dessa ação. Não é a primeira vez que o Município tem essa congratulação da bandeira e nunca foi feita nenhuma referência depreciativa em relação a isso, muito pelo contrário. Referiu que o valor que está mencionado nas referidas rubricas é que lhes parece pouco, tal como também foi dito pelo Senhor Miguel Pinto, que também tem esperança que o valor seja maior. O comentário feito vem no sentido da análise feita aos documentos, e nada mais.

O Presidente da Câmara referiu que não disse que o Partido Socialista fez um comentário depreciativo, sente é que as medidas que são discutidas não são valorizadas pelo Partido Socialista.

Interveio o Deputado João Fabião, dizendo que a proposta da carrinha “Mais Saúde” era uma proposta do Partido Socialista, tendo os Vereadores agradecido essa medida uma vez que

Handwritten notes in blue ink:
A
Mundo
Bartão
Linaal

era uma das que constava do programa do Partido Socialista em 2021. Mais disse, que o Senhor Presidente nos seus objetivos estratégicos para este mandato também introduziu orientações para o Turismo, vertidas do Programa do Partido Socialista e nunca vertidas no Programa Social Democrata. Afirmou que o Partido Socialista agradece que o Senhor Presidente reconheça essa intervenção estratégica da orientação das vidas políticas do Município, pelo que considera que o Partido Socialista não valoriza essas medidas não é verdadeiro.

~~MAZ~~
~~Bastos~~
Lual.

O Presidente da Câmara referiu que é o voto contra que diz o sentido de voto dos elementos. Quando votam contra, votam contra todas as medidas aplicadas. Afirmou que é essa a sua perceção e é isso que tem vindo a acontecer. Mais disse, que gostaria que ficasse registado em ata que não leu o Programa do Partido Socialista.

Proposto a votação, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou, por maioria, com um voto de abstenção de Rogério dos Santos do Partido Socialista e seis votos contra dos eleitos do Partido Socialista, Paulo Alexandre dos Santos, Tânia Martinho, António Frias, João Fabião, José Fernandes Gonçalves e Carlos Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Vale da Mula, aprovar os Documentos Previsionais, as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Norma de Execução Orçamental 2026.

O Deputado Municipal Paulo Santos proferiu a sua Declaração de Voto relativa aos Documentos Previsionais, as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Norma de Execução Orçamental 2026, afirmando que, cita-se: *“Sem prejuízo das virtudes que reconhece em muitas medidas de gestão corrente que consta no documento, verifica-se uma ausência de investimento estruturante diferenciadora, que possa ser uma aposta clara de futuro, que seja verdadeiramente fraturante no contexto regional, daí o meu voto contra que, é em relação ao conjunto dos documentos e não pode ser feita de forma sectorial”*.

Interveio o Deputado Municipal João Fabião para subscrever a Declaração de Voto do Deputado Paulo Santos.

10. Apreciação e Votação de Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Nave de Haver para Aquisição de Viatura;

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que sobre o pedido de apoio em apreço, afirmou que apoiar esta aquisição tem um objetivo concreto, que é o das Juntas e Associações poderem contribuir para o funcionamento dos diversos projetos que o Município tem em curso.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos no sentido de esclarecer que tipo de viatura iria ser adquirida.

O Presidente da Câmara referiu que é uma carrinha de nove lugares e que será utilizada para os projetos como o *Mexa-se com Alma* e a *Academia Sénior*, entre outros.

~~MAW~~
Bouto

Retomou a palavra o Deputado para questionar se está prevista a alocação de algum funcionário para conduzir a viatura e se há alguma calendarização da utilização dessa viatura, designadamente no âmbito dos programas que referiu.

Lenali.

O Presidente referiu que a utilização da carrinha não se resume à participação nos projetos, mas que a motivação para o apoio é que é essa. A utilização é para todos os projetos implementados pelas próprias Juntas de Freguesia, serviço comunitário, serviços das organizações locais, idas ao médico, entre outros.

Interveio o Presidente de Junta de Freguesia de Malhada Sorda, Bruno Sousa, para esclarecer o âmbito de utilização das carrinhas, dado que a Freguesia que preside foi das primeiras a aderir aquele projeto. Afirmou que a carrinha tem uma utilização regular semanal, enquadradas no projeto *Mexa-se com Alma*, com deslocação às Piscinas. Foi também introduzida em outros projetos como o *Atelier dos Louceiros*, em apoio à Banda Musical Malhadense e permite dar outro tipo de mobilidade a uma população envelhecida, como por exemplo, uma ida quinzenal à Termas Fonte Santa, deixando o repto às restantes freguesias de poderem oferecer mobilidade à sua população.

Interveio o Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, Luís Fonseca, para esclarecer que têm o projeto desde 2014, mas que nunca chegaram a ter o financiamento para a carrinha, mas que o projeto é uma grande mais valia. Afirmou que não é só a questão do transporte, mas sim a questão do acompanhamento das pessoas na resolução de questões junto do Cartório ou das Finanças, por exemplo. Deixou como sugestão ao Senhor Presidente, este apoio ser alargado às Associações de Freguesias. Afirmou que a Academia tem feito com que a União de Freguesias tivesse um aumento grande nas despesas pois as instalações funcionam e são utilizadas mais vezes, com a utilização dos aquecimentos e isso também tem de ser refletido nas freguesias. Afirmou que quem lhes dera a sala cheia e grandes convívios, contudo, isso mexe economicamente com a União de Freguesias. A questão de dizer para se alargar o projeto às Associações de Freguesias tem o ver com o facto de, por vezes, uma carrinha não ser suficiente, tendo aumentado bastante a rubrica de aluguer de autocarros, e se se pudesse fazer uma articulação conjunta entre Associações e as Uniões era benéfico.

Proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal, de atribuir à Junta de Freguesia de Nave de Haver, um subsídio de 10.000,00 € (dez mil euros), destinado a comparticipar a aquisição de uma viatura para coadjuvar nos Serviços da Junta de Freguesia.

11. Apreciação e Votação de Apoio Financeiro à Associação de Freguesias da Raia e do Côa para Aquisição de Viatura com Plataforma Elevatória;

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que explicou que o apoio para aquisição do referido equipamento justifica-se pela realização de trabalho elevatório como a colocação de arcos.

Apreciado e colocado a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal, de atribuir à Associação de Freguesias da Raia e do Côa, aprovar a comparticipação financeira de 28.500,00€ (vinte e oito mil e quinhentos euros) à Associação de Freguesias da Raia e do Côa para aquisição de Viatura com Plataforma Elevatória.

12. Apreciação e Votação de Minuta de Contrato Interadministrativo com a Associação de Freguesias da Raia e do Côa;

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção pedindo desculpas por este processo ainda ser produzido sob a forma de contrato interadministrativo e parabenizando a Associação de Freguesias pela execução de um projeto enorme de colocação de iluminação de Natal em todas as localidades do Concelho. Explicou que foi deliberado, por unanimidade, em reunião de Câmara de dia 18 de novembro de 2025, aprovar e ratificar a Minuta do Contrato com a Associação de Freguesias da Raia e do Côa para Colocação de Iluminação de Natal 2025, com o pagamento do valor global de 67.000,00€ (sessenta e sete mil euros), sendo que o valor de 60.000,00€ (sessenta mil euros) será pago para efeitos de fabrico, moldagem e colocação da Iluminação de Natal e os restantes 7.000,00€ (sete mil euros) serão pagos para efeitos da desmontagem e armazenamento dos equipamentos produzidos.

Apreciado o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Almeida e a Associação de Freguesias da Raia e do Côa para Colocação de Iluminação de Natal 2025, com o pagamento do valor global de 67.000,00€ (sessenta e sete mil euros).

13. Apreciação e Aprovação de Relatório Final do Procedimento Conjunto de Concessão do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público dos Municípios Integrantes da Rede Aldeias Históricas de Portugal para Implementação da Rede de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos;

O Presidente da Câmara explicou que são dois pontos em causa naquele Projeto, um no interior da Fortaleza e outro no exterior, junto ao Jardim da Pérgola. O objetivo é aprovar o Relatório Final e comunicar às Aldeias Históricas.

Apreciado o assunto, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o “Relatório Final do Procedimento Conjunto de Concessão do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público dos Municípios Integrantes da Rede Aldeias Históricas de Portugal para Implementação da Rede de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos”.

AB
MMA
Bouto
Lamed

14. Apreciação e Aprovação de Projeto de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que apresentou o Projeto de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, aprovado unanimemente, em reunião de Câmara, explicando que o mesmo tem por objetivo, estabelecer as normas e procedimentos para a gestão de resíduos de construção e demolição, promover a prevenção, a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização dos Resíduos de construção e demolição, reduzindo o impacto ambiental e aumentando a eficiência dos recursos.

Apreciado o documento, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, no âmbito das respetivas competências, em ordem ao preceituado na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e, determinar os procedimentos legais com o estabelecido no art.º 139.º do Código de Procedimento Administrativo, para publicação no Diário da República.

15. Apreciação e Aprovação Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que apresentou o Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal, aprovado unanimemente, em reunião de Câmara, explicando que o mesmo tem por principal objetivo, atualizar a legislação sobre a matéria e flexibilizar no licenciamento e aprovação das sepulturas mais simples.

Apreciado o documento, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, no âmbito das respetivas competências, em ordem ao preceituado na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal e, determinar os procedimentos legais com o estabelecido no art.º 139.º do Código de Procedimento Administrativo, para publicação no Diário da República.

16. Apreciação e Aprovação de Pedido de Declaração de Interesse Municipal – Empreendimento Turístico em Espaço Rural – Nuno Filipe Fernandes dos Santos Melo da Costa;

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que informou que no seguimento de pedidos realizados e no seguimento de algumas reuniões,

resultou um pedido de Declaração de Interesse Municipal para o empreendimento turístico a instalar num terreno de vários edifícios localizado no Cabeço do Agude, Castelo Mendo, da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, fundamentando o pedido na importância estratégica do projeto para o desenvolvimento económico, social e territorial do Município. Na reunião de Câmara foi proposta a presença do empreendedor na sessão da Assembleia Municipal para poder prestar alguns esclarecimentos, pelo que solicitou autorização ao Presidente da Assembleia para a referida intervenção, a qual foi concedida.

O Senhor Nuno Filipe Fernandes dos Santos Melo da Costa informou que era investidor e que tinha raízes no Concelho, explicando, de seguida, o projeto. A intervenção prevê a recuperação e adaptação de um conjunto de edificações existentes em espaço rural, junto ao Rio Côa, e a integração de quatro edifícios situados no lugar de Castelo Mendo, destinando-se à criação de um empreendimento de pequena/média escala e que permitirá diversificar a oferta turística do concelho e dinamizar atividades económicas complementares, com impactos positivos na criação de emprego e geração de receitas municipais, e ainda, contribuir para a recuperação de património subutilizado, revitalizar território rural, combatendo a desertificação e o abandono, promover economia verde e atrair investimento estruturante.

Interveio o Senhor Bruno de Sousa, Presidente de Junta de Freguesia de Malhada Sorda, para dar nota que o PDM clarifica nem estabelece parâmetros para a apresentação de um pedido de interesse municipal. Na sua opinião, afirmou que era importante clarificar que era importante para o Município ter este tipo de investimentos, mas que era igualmente importante verificar o número de postos de trabalho previstos, diretos e indiretos e o valor financeiro do investimento para que seja claro para o Município e para a Assembleia a importância de um investimento destes e que irá certamente abrir precedentes para que no futuro mais investidores o façam chegar ao Município.

Interveio o Deputado Municipal Paulo Santos, pretendendo clarificar que, o que está em causa é o edificado junto ao rio, independentemente de o projeto abranger também alguns fogos na aldeia de Castelo Mendo. Questionou se poderia informar a área.

Interveio o Deputado Municipal António Soares para questionar se há uma junção entre Turismo Ecológico e Turismo Patrimonial, aproveitando Castelo Mendo.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos, para solicitar que o Senhor Presidente da Assembleia reforçasse junto do Secretariado o reenvio da documentação.

Em resposta ao questionado pelos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Nuno Filipe Fernandes dos Santos Melo da Costa esclareceu que irão respeitar a volumetria existente que são dois conjuntos de edificações principais. Na realidade, aquilo que foi feito foi contabilizar as áreas existentes e colocá-las nos dois blocos principais de edifícios. O projeto é diferenciador

9/6
Nuno
Bruno
lenalr.

valorizando o turismo de ecologia com a parte histórica, até porque vão também aproveitar fundos do Programa 2030. Afirmou que o que pretende é trazer visitantes ao Vale do Côa.

Handwritten notes:

Nuno
Beato
Lana G.

Interveio o Deputado Municipal António Frias para confirmar que a Declaração de Interesse Municipal é só relativa ao investimento lá em baixo no Côa, porque pode haver utilidade pública do projeto em si. O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Deputado, que se pode colocar essa questão em discussão, mas que é só para a parte junto ao rio Côa, mas que se pode colocar na globalidade, ressaltando só que há regras muito apertadas de recuperação e reabilitação nos centros históricos. Retomando a palavra, o Deputado afirmou que é um projeto que vê com bons olhos pois não é todos os dias que alguém tem a ousadia de investir nestes territórios.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos no sentido de dar nota da pertinência das palavras do Presidente de Junta de Malhada Sorda, afirmou que gostaria de deixar uma sugestão ao Senhor Presidente, no sentido de se elaborar algum tipo de documento com vista ao estabelecimento de critérios objetivos para a declaração daquele tipo de interesse, até para criar confiança nos potenciais investidores. Disse que embora lhe agrade muito o projeto, está-se a abrir a caixa de pandora.

Interveio o Presidente da Câmara, afirmando que o Presidente de Junta de Freguesia da Malhada Sorda foi claro, que o PDM não define bem como é feita a declaração de utilidade pública. Embora o novo PDM tenha mais instrumentos que o atual, não tem a certeza que esta questão lá esteja bem definida, podendo vir a ser revista aquando da sua discussão pública.

Interveio o Deputado Municipal Paulo Santos para referir que vê com muito bons olhos o regresso de concidadãos ou familiares de concidadãos do Concelho para cá investirem, pelo que desejou sorte, esperando que o projeto seja de valor e que dignifique o Côa, Castelo Mendo e o Concelho.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos para afirmar que embora o seu voto seja no sentido favorável à concessão do interesse municipal, não está confortável a votar pelo facto de não ter recebido a documentação e por não ter a certeza que o futuro PDM a rever tem incerta a questão dos critérios para o estabelecimento de um plano daqueles.

Interveio o Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o PDM virá à Assembleia e debater-se-á essa questão, atempadamente.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de deferimento da pretensão requerida por Nuno Filipe Fernandes dos Santos Melo da Costa, relativa à atribuição do reconhecimento de interesse municipal do empreendimento turístico a instalar num terreno de vários edifícios localizado no Cabeço do Agude, Castelo Mendo, da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela.

De seguida, procedeu-se à eleição para os representantes da Assembleia Municipal (efetivos e suplentes), por escrutínio secreto, em cumprimento do estipulado no art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#0
Mário
Beirão

Lenor

17. Designação de Representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Região Beiras e Serra da Estrela;

A eleição de representantes da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade Intermunicipal (CIM) Região Beiras e Serra da Estrela cumpre a necessidade legal de integrar representantes eleitos democraticamente nos órgãos de governação supramunicipal. Este processo visa garantir a participação política e estratégica regional, garantindo que as decisões locais influenciem a gestão do CIMRBSE e têm como principais razões da eleição, a representatividade, assegurando que a Assembleia Municipal (órgão deliberativo do município) tenha voz ativa na estrutura do CIMRBSE, participando na definição de políticas regionais.

Em cumprimento do estipulado no n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que refere que a assembleia intermunicipal é constituída por membros de cada assembleia municipal, “Dois nos municípios até 10.000 eleitores”, a eleição ocorre em cada assembleia municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas, que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no n.º 1 do artigo 83.º da citada lei, e que devem apresentar, pelo menos, um suplente e cujos mandatos são atribuídos, em cada assembleia municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt (artigo 83.º n.º 3).

Para representantes da Assembleia Municipal de Almeida na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Região Beiras e Serra da Estrela, foram apresentadas as seguintes listas:

Pela bancada do PPD/PSD, foi proposta a Lista A: efetivos, Miguel Santos Pinto e António Manuel Albano Soares, e para suplente Mariana de Almeida Estevão.

Pela bancada do PS, foi proposta a Lista B: efetivos, Tânia Sofia Martins Martinho e João Filipe Saraiva Coelho e para suplente, João Silvestre Alexandre Fabião.

Concluído o escrutínio, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt (artigo 83.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), a Lista A obteve 10 (dez) votos e a Lista B obteve 6 (seis) votos, ficando assim designados como representantes da Assembleia Municipal de Almeida na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Região Beiras e Serra da Estrela:

Efetivos:

-Miguel Santos Pinto;

-Tânia Sofia Martins Martinho;

Suplentes:

-António Manuel Albano Soares;

-João Filipe Saraiva Coelho.

Interveio o Presidente da Câmara para prestar um esclarecimento à Assembleia e aos agora recém-eleitos. Afirmou que na reunião da Comunidade Intermunicipal, o processo de eleição do Presidente não foi um processo fácil devido a duas premissas relacionadas com o número de votos por Município e número de eleitores, não tendo havido acordo entre os municípios de grande e pequena dimensão. Na reunião foi votado por unanimidade a eleição do secretário Executivo. Na sua opinião, ter-se definido só um Secretário foi uma melhoria significativa e o reforço das equipas técnicas que vão fazendo. A Comunidade Intermunicipal tem maior capacidade de resposta em comparação com anos anteriores e vislumbra-se que venha a ser uma organização importante para a organização regional.

MAZ
Boateiro
lnel

18. Designação de Representante da Assembleia Municipal para o Conselho Cinegético;

De acordo com o estipulado na alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do D.L. n.º 202/2004, de 18 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2018, de 11 de abril (9ª versão), que estabelece o regime jurídico de conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, deve a Assembleia Municipal eleger o autarca de freguesia que irá integrar o Conselho Cinegético Municipal de Almeida, durante o mandato de 2025-2029.

Os conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais, designados abreviadamente, por conselhos cinegéticos municipais, circunscrevem-se à área do concelho e são presididos pelo presidente da respetiva Câmara Municipal. São constituídos pelos seguintes vogais:

Três representantes dos caçadores do concelho;

Dois representantes dos agricultores do concelho;

Um representante das ZCT do concelho;

Um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho;

Um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal;

Um representante da DGRF sem direito a voto;

Um representante do ICN, no caso de a área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto.

A composição de cada conselho é fixada por despacho do membro do Governo responsável pelas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural. A duração do mandato dos membros deste conselho é de quatro anos. Para o Conselho Cinegético Municipal de Almeida, foram propostas as seguintes Listas:

Proposta da bancada do PPD/PSD, como Lista A, o nome de José Carlos Vieira Nabais, Presidente de Junta de Freguesia de Nave de Haver.

Proposta da bancada do PS, como Lista B, o nome de Carlos Alberto dos Santos Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Vale da Mula.

Concluído o escrutínio, a Lista A obteve 21 (vinte e um) votos e a Lista B obteve 8 (oito) votos, ficando assim designado como representante da Assembleia Municipal no Conselho Cinegético de Almeida, José Carlos Vieira Nabais, Presidente de Junta de Freguesia de Nave de Haver.

19. Designação de Representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação;

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou a apresentação de listas para o Conselho Municipal de Educação, tendo sido apresentadas as seguintes:

Proposta da bancada do PPD/PSD, como Lista A, o nome de José Augusto Martins Lourenço, Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de Rio Seco.

Proposta da bancada do PS, como Lista B, o nome de Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida.

Concluído o escrutínio, a Lista A obteve 20 (vinte) votos e a Lista B obteve 9 (nove) votos, ficando assim designado como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação de Almeida, José Augusto Martins Lourenço, Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de Rio Seco.

20. Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal;

Para a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, foram propostas as seguintes listas:

Proposta da bancada do PPD/PSD, como Lista A, o nome de José Florência da Cunha.

Proposta da bancada do PS, como Lista B, o nome de Bruno Manuel Ferreira de Sousa, Presidente de Junta de Freguesia de Malhada Sorda.

Concluído o escrutínio, a Lista A obteve 19 (dezanove) votos e a Lista B obteve 10 (dez) votos, ficando assim designado como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, José Florência da Cunha.

21. Designação de dois Presidentes de Junta/ União de Freguesias, Representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;

De acordo com informação 8931/2025 da Chefe de Divisão de Ambiente e Proteção Civil, Lénia Fortunato, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021

#16
Nave de Haver
Beato

lance

de 13 de outubro (Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais), com as alterações que lhe foram conferidas, devem ser nomeados até dois representantes das freguesias do concelho, a designar pela Assembleia Municipal.

Foram propostas a votação as seguintes listas:

Proposta da bancada do PPD/PSD, como Lista A, o nome de Luís Manuel dos Santos Fonseca, Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira e de José Carlos Vieira Nabais, Presidente de Junta de Freguesia de Nave de Haver.

Proposta da bancada do PS, como Lista B, o nome de Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida e Bruno Manuel Ferreira de Sousa, Presidente de Junta de Freguesia de Malhada Sorda.

Concluído o escrutínio, a Lista A obteve 21 (vinte e um) votos e a Lista B obteve 8 (oito) votos, ficando assim designados como representantes efetivos da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, Luís Manuel dos Santos Fonseca, Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira e José Carlos Vieira Nabais, Presidente de Junta de Freguesia de Nave de Haver.

22. Designação de Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil;

De acordo com informação 8931/2025 da Chefe de Divisão de Ambiente e Proteção Civil, Lénia Fortunato, de acordo com a alínea i) do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006 de 03 de julho (Lei de Bases da proteção Civil), com as alterações que lhe foram conferidas, a Comissão Municipal de Proteção Civil deve ter um representante das Juntas de freguesia do concelho, a designar pela Assembleia Municipal.

Foram propostas a votação as seguintes listas:

Proposta da bancada do PPD/PSD, como Lista A, o nome de Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Freixo.

Proposta da bancada do PS, como Lista B, o nome de Bruno Manuel Ferreira de Sousa, Presidente de Junta de Freguesia de Malhada Sorda.

Concluído o escrutínio, a Lista A obteve 19 (dezanove) votos e a Lista B obteve 10 (dez) votos, ficando assim designado como representante efetivo da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Proteção Civil, Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Freixo.

23. Designação de Representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde;

A eleição de um representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde garante a representação democrática e a política de fiscalização na definição das políticas de

Handwritten notes:
//
man
30000
LenaG.

saúde locais. Esta integração visa garantir a articulação entre as diretrizes orçamentais/deliberativas (Assembleia) e a execução/planeamento técnico da saúde, promovendo a transparência e o acompanhamento próximo das necessidades da população, tendo como motivos principais para a Eleição, a Representação Democrática: Garantir que os eleitos locais participem na gestão da saúde, trazendo uma perspetiva de fiscalização e legitimidade política ao conselho e articulação Política: Assegura a ligação entre a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal de Saúde, facilitando a aprovação e implementação de medidas.

Para o Conselho Municipal de Saúde, foram propostas as seguintes listas:

Proposta da bancada do PPD/PSD, como Lista A, o nome de Maria da Conceição Cruz dos Santos, Presidente de União de Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde.

Proposta da bancada do PS, como Lista B, o nome de Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida.

Concluído o escrutínio, registou-se 1 (um) voto nulo, a Lista A obteve 20 (vinte) votos e a Lista B obteve 8 (oito) votos, ficando assim designado como representante no Conselho Municipal de Saúde, Maria da Conceição Cruz dos Santos, Presidente de União de Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde.

ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

24. Apreciação e Votação de Informação 9307/2025 relativa a propostas referentes a: a) Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Resíduos Urbanos; b) Taxas devidas Feira de Almeida (dias 8)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou em apreciação a informação 9307/2025 do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, Engenheiro Rui Mendes.

O Presidente da Câmara informou que a presente informação foi apreciada e votada em reunião de Câmara de dia 16 de dezembro de 2025, tendo sido deliberado, por unanimidade, acolher o teor da informação, considerando os pontos A e B que de seguida se transcrevem:

“A. Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais domésticas e Resíduos Urbanos

No seguimento de decisões idênticas em anos anteriores, propõe-se a manutenção dos tarifários de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e resíduos urbanos, componentes fixa e variável. Por indicação do Senhor Presidente da Câmara, propõe-se igualmente a repercussão das Taxas cobradas à Câmara Municipal de Almeida (Taxas de Recursos Hídricos (Água (0,0361€/m3), Saneamento (0,0099€/m3), TPCQA (ERSAR – 0,0015633€/m3), TGR (0.1966€/m3)), ao cliente. Mais se propõe que seja dado início a

procedimento de contratação externa para definição de tarifários nos termos definidos pela ERSAR.

B. Taxas devidas Feira de Almeida (dias 08)

No seguimento da deliberação de Câmara, cuja reunião ocorreu a 21/06/2022, em que foi deliberada por unanimidade a isenção de pagamento de taxas devidas pelos feirantes, relativas à realização da feira mensal de dia 8, até ao final de 2022, e considerando que os pressupostos da informação com o n.º 3663/2022 de 13/06/2022 (em anexo), que serviu de suporte à decisão acima indicada, excetuando a pandemia se mantém;

Propõem-se que sejam isentas de pagamento todas as taxas devidas pelos feirantes relativas à realização da feira mensal de dia 08 em Almeida, até ao final do ano de 2026.”

Continuando a sua explicação, o Presidente da Câmara afirmou que aquelas taxas de água e saneamento têm vindo a observar um aumento galopante, tal como os preços da água e a ERSAR tem vindo a recomendar aumentos. Embora ainda não se esteja na situação de desequilíbrio, está-se a chegar a esse ponto, propondo a aplicação já das taxas e que se inicie um processo de contratação para definição dos novos tarifários que virão a discussão nos órgãos para a sua posterior implementação.

Interveio o Deputado Municipal Rogério Santos, afirmando que o Presidente saberá que há muita água que desaparece sem ser faturada e que acontece com maior frequência no Verão. Para além disso, por todo o Concelho há chafarizes com torneiras onde é possível colocar mangueiras, e dos quais já retirou algumas até, pois as pessoas enchem bidons e tanques. Afirmou que a sua questão é saber se a Câmara está a tentar fazer algo para saber para onde vai a água que desaparece, havendo inclusive rumores que quando se fez a instalação houve casas que ficaram com dupla ligação. A segunda questão é saber se a Câmara está a pensar rever a situação dos chafarizes, não os fechando porque são necessários, mas, eventualmente colocar-lhe uma torneira de botão, impedindo que as pessoas vão regar a horta.

O Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Deputado, afirmativamente, dizendo-lhe que estão a tomar todas as medidas, pedindo ao Senhor Deputado que informasse a Câmara se sabe de algum caso em concreto.

O Senhor Deputado respondeu que na Aldeia Nova existiam dois ou três chafarizes e em Ansul também, nas outras freguesias não se movimenta. Na Aldeia Nova, na sequência de um pedido apresentado por si para a revisão da situação das torneiras, foi enviado alguém não tendo a certeza de quem, e uma torneira que estava junto ao Cemitério da Aldeia Nova foi fechada e uma torneira junto à Igreja também foi fechada, contudo, mantiveram as torneiras de rodar em vez de torneira botão.

MACHO
Botão
lana G.

O Presidente da Câmara afirmou que fica registado, dizendo que concorda que as torneiras que estão ligadas à rede pública sejam colocadas com esse sistema, mas muitas não estão ligadas à rede pública.

Interveio o Presidente de Junta de Freineda, Leandro Morgado, para questionar relativamente ao caudal do saneamento pois na sua freguesia nota-se bastante infiltração de águas pluviais, sendo sua opinião que os munícipes não irão ver com bons olhos a junção de mais uma taxa.

O Presidente da Câmara esclareceu que não são novas taxas. Todas aquelas taxas existem e estão a ser pagas pela Câmara Municipal e estão indexadas ao consumo, pelo que os consumidores não vão ser prejudicados, vão é ter um custo maior, custo esse que em vez de ter a Câmara Municipal de forma desequilibrada, passará a ser dividido pelos utilizadores.

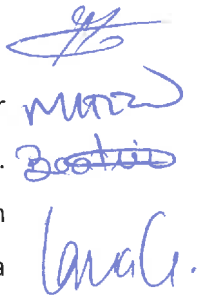
Apreciado e colocado a votação, no âmbito das respetivas competências, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três votos de abstenção de Rogério Santos, António Vieira de Frias e José Fernandes Gonçalves, do Partido Socialista, aprovar a proposta da Câmara Municipal, nos termos e fundamentos da informação 9307/2025, relativa a "Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais domésticas e Resíduos Urbanos e Taxas devidas Feira de Almeida (dias 08)". Em relação ao ponto B, este constava só para dar conhecimento à Assembleia Municipal.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO

Na sequência do pedido de intervenção do Senhor António Fernandes, membro desta Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia afirmou que, naquele dia, excecionalmente poderia intervir, mas que de futuro não deveriam, os membros da Assembleia participar no *Período de Intervenção Destinado ao Público*, devendo apresentar os seus assuntos no *Período de Antes da Ordem do Dia*.

Nos termos da norma estipulada pelo n.º 1, do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente na sala, intervindo, por ordem de inscrição, o Senhor Filipe Vilhena de Carvalho, afirmando que o assunto que o traz ali é o Despovoamento. Afirmou que o assunto foi pouco abordado na campanha eleitoral e continua a não ser abordado com a importância que merece na Assembleia e no Orçamento. Afirmou que continuamos adormecidos sobre este assunto. Daqui a vinte anos, os Lares estarão encerrados não por falta de utentes, mas sim de funcionários, e os idosos irão morrer abandonados e sozinhos nos cantos das suas casas e o que

esta Assembleia não percebeu é que esses idosos seremos nós. Julga ser importante concentrar aqui o investimento e não em infraestruturas que daqui a vinte anos não irão servir ninguém. Deixou a sugestão de se pensar sobre a questão e das respetivas freguesias conversarem com os respetivos conterrâneos, voltando na próxima Assembleia com ideias, propondo também a criação de uma Comissão Municipal para se discutir o assunto.


mar
Bostio
Lana G.

De seguida interveio o Senhor António Fernandes, para falar sobre os problemas associados às obras de caminho do ferro, da Linha da Beira Alta, os caminhos com os paralelos todos arrancados. Pretendia saber junto da Câmara quem é que iria pagar se lá houvesse acidentes.

Em resposta às questões colocadas, relativamente à questão do Senhor Filipe Vilhena de Carvalho sobre o Despovoamento, concorda que é um problema grave e que existe em todo o Portugal e no nosso Concelho. Em relação à questão do Senhor António Fernandes, afirmou que está de facto muito degradada e é necessário intervir. Informou que foi feito um pedido de indemnização às Infraestruturas de Portugal para que se pudesse fazer essa intervenção. Afirmou que vai retomar o assunto e que se virem lesados terão de colocar a Infraestruturas de Portugal em tribunal.

O Presidente da Assembleia questionou se havia intervenções relativamente à questão colocada pelo Senhor Filipe Vilhena de Carvalho. Interveio o Deputado Municipal Paulo Santos que afirmou concordar com o Presidente da Câmara quando diz que o problema da desertificação não é só do interior, mas é extensivo a todo o País. Afirmou que realmente se deve pensar no assunto e não só porque seremos nós daqui a vinte anos, mas sim porque se devem tomar medidas que procurem contrariar ao máximo a tendência de desertificação. O esforço deve ser enérgico e realizado num Orçamento com medidas importantes tendentes a contrariar, com políticas de natalidade e outras, sendo que o Município também já adotou algumas. Finalmente, afirmou que em relação à questão do *Período de Intervenção do Público*, existem já Câmaras e Assembleias que alteraram esse Período para o início das reuniões, porque muitas das vezes há cidadãos que pretendem intervir, mas que acabam por desistir pois há reuniões a demorar horas, pelo que é algo a ponderar na revisão do Regimento e poderá beneficiar a intervenção do público.

Interveio o Senhor António Soares, para afirmar que em relação ao despovoamento, concorda que se crie uma Comissão, mas considera que envolver os concelhos limítrofes não é suficiente e que se deveria envolver a própria Comunidade Intermunicipal pois por mais boa vontade que haja, se esse trabalho for feito apenas no nosso Concelho não terá a mesma força, ainda que sejamos nós a iniciar o processo.

Pedi para intervir novamente o Senhor Filipe Vilhena de Carvalho, para dizer que as coisas têm de começar por algum lado e que as coisas de baixo para cima não funcionam e se estivermos à espera dos outros Concelhos nada acontece. Acredita que se o Município de

Almeida abrir o precedente, os outros Concelhos também irão atrás. Sabe que não é fácil, mas tem de se elaborar um plano estratégico.

O Presidente da Assembleia afirmou que em relação à criação da Comissão, será discutido numa próxima Assembleia.

O Presidente da Assembleia afirmou que era prática dos últimos oito anos realizarem-se sessões descentralizadas e que proponha manter-se esta prática, faltando realizar-se na freguesia de Almeida, contudo, visto que a Presidente da Junta não estava presente, questionou se alguma outra Junta se disponibilizava para receber a próxima sessão da Assembleia, a realizar em fevereiro, tendo o Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso disponibilizando-se para receber a próxima sessão.

Interveio o Senhor João Fabião para solicitar para que todas as freguesias que recebam a Assembleia procurem ter melhores condições de trabalho, nomeadamente, mesas para se conseguir escrever e se conseguir visualizar os documentos.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel José Fernandes Gomes, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram colocados os pontos de 2 a 24 a votação em minuta, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão no texto definitivo, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

ENCERRAMENTO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. O Presidente da Câmara também desejou um Feliz Natal a todos, informando que o envelope que lhes foi entregue contém um trabalho desenvolvido na Academia Sénior. Deixou também o convite a todos para participarem na abertura do Mercadinho de Natal na fronteira e congratular a freguesia de Vilar Formoso pelos seus trinta e oito anos de elevação a Vila.

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram treze horas e trinta minutos, do dia 18 de dezembro de 2025, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida,

#6
manu
Beatiu
lanaG.

deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel José Fernandes Gomes, pelo Primeiro Secretário, Mariana de Almeida Estevão, e por mim, Lara Catarina Pereira Gomes, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa Manuel José Fernandes Gomes

O Primeiro Secretário Mariana

O Segundo secretário Beatriz Teófilo Monteiro André

A Assistente Técnica Lara Gomes



MUNICÍPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO I

[Handwritten signatures]
MANUEL
~~MANUEL~~
Beatus
Loreli

ADITAMENTO
AO ATO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA
MANDATO 2025-2029

-----No dia 18 de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Almeida, e no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas nove horas e trinta minutos, perante o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, MANUEL JOSÉ FERNANDES GOMES, na sequência do ato eleitoral ocorrido no dia 12 de outubro findo, conforme o Edital de Apuramento de Resultados, datado de catorze de outubro, e em aditamento ao ato de instalação da Assembleia Municipal de Almeida ocorrido no dia trinta e um de outubro, passado, e ainda tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 44.º, da Lei n.º 169/99, 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que aprovou o Regime Jurídico das Competências e Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, compareceram os eleitos para este Órgão Deliberativo para o mandato 2025/2029, em virtude de, na referida data de realização do Ato de Instalação, terem apresentado justificado motivo para a sua ausência: -----

----- **ANTÓNIO MANUEL ALBANO SOARES**, eleito pelo PPD/PSD, portador de Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], filho de [REDACTED] Funcionário Público, residente Rua de Santo António n.º 40, em Almeida; -----

----- **INÊS PATRÍCIA AFONSO PAIS**, eleita pelo grupo de cidadãos eleitores UUF – Unir+: A União, O Futuro, Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova, portadora de Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], filha de [REDACTED], Gestora Financeira, residente na Rua da Palheta n.º 2, em Leomil; -----

----- Verificada a identidade e a legitimidade dos eleitos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, Manuel José Fernandes Gomes, declarou-os investidos nas suas funções de membros da Assembleia Municipal de Almeida para o mandato de 2025/2029. -----

----- Para constar, se lavrou o presente aditamento, que vai ser assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal, Manuel José Fernandes Gomes, pelos empossados, e por mim, Mariana de Almeida Estevão, para o efeito designada, que o redigi e subscrevo. -----

[Handwritten signature]

António Manuel Albano Soares



MUNICÍPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Inês

Inês Patrícia Afonso Pais
Inês Patrícia Afonso Pais

Manuel José Fernandes Gomes
Manuel José Fernandes Gomes
Presidente da Assembleia Municipal de Almeida

Mariana de Almeida Estevão
Mariana de Almeida Estevão
Primeira Secretária da Mesa da Assembleia

#6
lane6



MUNICÍPIO DE ALMEIDA

Conselho Municipal de Juventude

Minuta de Deliberação

Parecer do Conselho Municipal de Juventude ao Orçamento Municipal para o ano de 2026

Nos termos das alíneas a) e b) do ponto 1 do artigo 7.º da Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro – Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude – e do artigo 7.º, ponto 1, e do artigo 18.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Almeida, vem pela presente este Conselho emitir o seu PARECER OBRIGATÓRIO NÃO VINCULATIVO ao Orçamento Municipal, nomeadamente às partes mais relevantes afetas ao Pelouro da Juventude para o ano de 2026. -----

O Conselho Municipal de Juventude de Almeida (CMJA), reunido a 17 de dezembro de 2025, emite: -----

- PARECER FAVORÁVEL ao Orçamento Municipal, nomeadamente às partes afetas ao Pelouro da Juventude para o ano de 2026; -----

pelo que se remete o presente documento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Almeida. -----

Conselho Municipal de Juventude de Almeida, 17 de dezembro de 2025.

A Vereadora com o Pelouro da Juventude

Isabel Maria dos Santos Pereira

Os Secretários da Mesa do Plenário do CMJA

*João Fátima
Miguel Fátima*